

Ensaio sobre o feminismo marxista socialista¹

Elisabete Santos

Licenciada em Gestão de Recursos Humanos

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Portugal

elisabete640@hotmail.com

Lígia Nóbrega

Licenciada em Sociologia

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Portugal

ligian@mail.telepac.pt

Resumo

Trata-se de um ensaio acerca do Feminismo Marxista Socialista onde são apresentados os pontos mais marcantes desta teoria em articulação com os/as autores/as que determinaram a construção desta corrente de pensamento em diferentes períodos da história. Com início em meados do séc. XIX com Marx e Engels, os grandes mestres da ideologia marxista, continua com Bebel no seio do partido social democrata alemão e Clara Zetkin, um importante marco na liderança feminina do socialismo europeu.

Esta abordagem termina salientando o importante contributo da teoria feminista socialista para a valorização do modo de produção doméstico, a situação de subordinação da Mulher, bem como a discriminação vivenciada por outros grupos.

Palavras-Chave

Modo de produção doméstico

Abstract

An approach about Marxist and Socialist Feminism with the explanation of the main points of this theory through the more representative authors in different history stages. Starting in the middle of the XIX century with Marx and Engels the masters of Marxist ideology, goes on with Bebel from the German social democrat party and Clara Zetkin the main feminine leader of European socialism.

This approach ends underlining the great contribution of socialist feminism theory to reveal the value of domestic work and the subordinated situation of women and other socially discriminated groups.

Key Words

Value of domestic work

Nos estudos de gênero, que na realidade começaram por ser estudos da mulher, reflectem diversas ideologias teóricas que se combinaram de acordo com diferentes tradições:

- uma tradição liberal que afirma que o problema das mulheres é uma falha do liberalismo que não lhes permitiu aceder a uma cidadania plena devido à não atribuição de igualdade de direitos;
- com um outro ponto de vista e partindo de diferentes pressupostos teóricos surgiu um feminismo marxista que reconheceu o problema da mulher enquanto um problema de exploração económica através duma abordagem, que podemos classificar como redutora, subordinando o tema da mulher ao tema da classe social.

A associação entre feminismo e marxismo, nos momentos iniciais do feminismo contemporâneo, embora nem sempre pacífica, foi intensa e fecunda, dado que havia entre ambos uma convergência quase “natural” na luta teórico-política que visava alcançar transformações nas situações de exploração e opressão. Constata-se o paralelismo entre o materialismo histórico que é um conhecimento crítico elaborado pelo ponto de vista de explorados/oprimidos, com o do feminismo. Num primeiro momento a luta das mulheres não dissociava a dimensão das desigualdades sociais da opressão de gênero, o que, por sua vez, estava associado à luta contra o capitalismo.

As feministas encontraram no marxismo conceitos que poderiam potencialmente explicar as estruturas sociais através das quais as mulheres são exploradas e oprimidas, porém essa aproximação não se deu de forma “a-crítica”, desafiando os limites do marxismo expandiram o seu potencial teórico-crítico através da incorporação da dimensão sexuada nas relações sociais.

O feminismo marxista vai teorizar o gênero baseando-se nas categorias filosóficas constituintes do marxismo, partindo do princípio materialista da dialéctica, dá centralidade, entre outras questões, às articulações entre vida material e simbólica, estabelecendo as conexões entre produção e reprodução social, entre divisão social e sexual do trabalho, em última análise, entre o sistema de gênero e o de classe social. Também as relações entre ciência e ideologia constituem estratégias para a desnaturalização do gênero e as relações entre teoria e praxis, legitimam as mulheres como sujeitos de um conhecimento teórico-prático, potencialmente crítico e transformador.

O marxismo permitiu ao feminismo situar a sua génese num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socio-históricos determinados.

No plano político, o feminismo marxista/socialista parte do postulado da indissociável conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes, pelo facto do capitalismo ser uma totalidade social, essa luta deve-se travar não só no plano económico mas também no da cultura, o que inclui a ciência.

Em nosso entender a cultura apesar de não constituir a totalidade da vida social, é uma importante dimensão da trama humana onde se verifica a produção e a reprodução social.

Outra linha de orientação dos estudos feministas é o feminismo radical que deve, em parte, a sua emergência ao feminismo socialista e dá início a um interessante desenvolvimento sobre as diferenças entre mulheres e grupos de mulheres, e não apenas entre o homem e a mulher.

Neste sentido a expressão “Mulher” não significa o mesmo que “Mulheres”, interpelação que começa com o feminismo socialista e é posteriormente desenvolvido numa perspectiva radical de que ser mulher jovem não é o mesmo que ser mulher adulta, ser mulher negra, ser mulher pobre ou ser mulher rica.

O feminismo socialista, juntamente com o feminismo radical, estiveram na vanguarda dos feminismos de segunda vaga uma vez que, de acordo com alguns/algumas autores/as (Vicente, 2002: 19) a primeira vaga dos feminismos surge entre a 2ª metade do século XIX e a 1ª metade do século XX, tendo-se caracterizado pela procura duma identidade própria, do direito à educação, do direito de criar cultura, do direito de entrada em certas profissões, do direito de votar e de ser eleita. Sendo que a segunda vaga do movimento feminista se situa por volta dos anos 60 (Nogueira, 2001: 136) e prolonga-se mais ou menos até meados dos anos 80 e representa uma época de grande actividade e inovação, dá-se uma viragem no abordar das questões relativas às mulheres, coloca-se um ênfase em questões como a alternidade, a diferença sexual ou a opressão cultural das mulheres.

O socialismo, na perspectiva de movimento diversificado favoreceu, desde a sua génese o feminismo, possivelmente, devido a duas razões centrais: o socialismo surge num estágio histórico posterior ao individualismo, numa altura em que o feminismo já era uma ideologia conhecida, por outro lado, a ideologia socialista desenvolve um forte antagonismo à família enquanto instituição, o que constituía um factor atractivo para aquelas feministas que queriam desligar as mulheres do seu papel tradicional de família.

O feminismo marxista socialista, tal como outras correntes do feminismo, posiciona a situação das mulheres como grupo ou grupos, no entanto caracteriza-se com matizes que se distinguem de outras correntes teóricas com raízes ideológicas, ou não, e que igualmente incorporaram o feminismo enquanto movimento. Sob diferentes orientações procura o reconhecimento da igualdade de direitos legal, política e na prática da vida do quotidiano entre mulheres e homens.

Quando fazemos referencia a esta “forma de pensamento” feminista, obrigatoriamente somos levadas/os a remeter as suas bases para a ideologia Marxista que lhe foi precursora e onde efectivamente ela teve a sua génese, nomeadamente através da abordagem de uma compreensão dialéctica das relações de classe e a teoria explicativa das mudanças sociais, onde cabem também as relações de sexo.

A teoria marxista, o feminismo marxista e o feminismo socialista não obedecem a uma continuidade harmoniosa apresentando-se, muitas vezes, com pontos de clivagem. De facto, a teoria marxista quando adaptada para a luta feminista foi seguramente ultrapassada em aspectos importantes que concorrem para a perpetuação das desigualdades. Esta distinção relativamente ao marxismo, embora com outro formato, aplica-se também a outras tendências de pensamento que várias/os teóricas/os defenderam uma vez que se serviram da problematização do feminismo socialista como suporte a outras correntes feministas. O mesmo se verificou no sentido oposto, isto é, a orientação feminista do socialismo entrosou outros feminismos, designadamente o radical, o liberal e o pós-modernista, assumindo no entanto uma faceta própria que adiante passamos a descrever.

Valerie Bryson fundamenta, na sua obra sobre a teoria política feminista, que “o termo feminismo socialista é, também, um pouco confuso pois tende a descrever as teorias que veem o socialismo e o feminismo relacionados e a sintetizar as ideias dos feminismos marxista e radical” (Bryson, 1992: 2). Alguns/Algumas feministas socialistas modernos/as afirmam mesmo que a corrente socialista do feminismo procura combinar o melhor do marxismo e do feminismo radical quando coincide na insistência de diminuir o poder masculino, do feminismo radical e a necessidade de tratar, sob um ponto de vista político, todas as áreas de vida nomeadamente as do foro privado, transferindo-as para a esfera pública (Bryson, 1992: 4).

O pensamento marxista e o feminismo socialista

Marx e Engels, os principais marcos da ideologia marxista, acreditavam que a sociedade perfeita não era alcançável por si só, mas surgiria na sequência e sob a forma de um resultado de um período particular de desenvolvimento histórico.

Se inferida brevemente, podemos descrever a teoria marxista reduzindo-se à análise do sistema económico onde foram enquadradas todas as questões sociais tais como a família e as relações de sexo e que, à semelhança de outras formas de organização social, serão substituídas num determinado contexto histórico para o qual se encaminha a necessária mudança do sistema, em suma a supressão do capitalismo.

O enfoque marxista parte do pressuposto de que nas sociedades primitivas, apesar da divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos eram baseadas na igualdade. Ora, este equilíbrio fica perturbado e é subvertido quando o homem adquire o direito à propriedade privada, e passa a assumir na esfera familiar uma posição de supremacia e de poder, e a transmissão do direito a essa propriedade é efectuada através dos familiares masculinos, ficando assim reduzido o papel feminino à

função de servidão e de reprodução. Este processo explica a exploração da mulher que coincide com o aparecimento da propriedade privada e com a sociedade de classes.

Como Marx tinha previsto, “a maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a família”, rebaixa o valor do trabalho masculino e, conseqüentemente, dali para diante, todos “os membros da família precisam de fornecer não só trabalho, mas mais trabalho para o capital, para que uma família possa sobreviver”. Desta forma, não só as mulheres como também as crianças e jovens da classe trabalhadora são reduzidos à condição de simples força de trabalho sob exploração do capital. A libertação das mulheres dar-se-ia com a superação do modo de produção capitalista que, em síntese, eliminaria todas as formas de opressão, exploração e subjugação de toda a sociedade.

Engels por sua vez sublinha a importância da incorporação das mulheres nas forças de trabalho assalariado, já que o emprego feminino é uma forma básica para o alcance da igualdade. Problematizou ainda a questão da reprodução e do cuidado das crianças, bem como a educação dos menores que se deveria tornar um assunto público, libertando assim a mulher para o exercício da sua função no sistema de produção cessando a situação de dependência e de opressão (Engels citado por Bryson, 1992: 71). Desta forma, a desigualdade entre os sexos ficaria reduzida à desigualdade entre classes. Poder-se-ia concluir que a resolução da luta de classes resolveria também a questão da opressão, e que com a incorporação da mulher no trabalho assalariado desapareceria a divisão sexual do trabalho.

Engels, com base numa análise antropológica, contribuiu para a compreensão da família como organização social onde a divisão do trabalho é também uma divisão sexual entre funções masculinas e femininas. Esta análise clarifica a exploração da mulher enquanto classe oprimida, mas não a sua subordinação como membro da categoria “mulheres” (que estão num plano hierarquicamente inferior) e que se submetem ao “grupo” dos homens. A situação de submissão das mulheres ultrapassa, porém, os limites deste nexos causal, espartilhado no âmbito do sistema económico, inscrevendo-se noutras causas tais como a ética subjacente às práticas da vida quotidiana que, de uma forma transversal determina uma participação feminina num plano de igualdade.

O enfoque da opressão da mulher é pois enriquecido pelas/os socialistas alargando-o para a questão da subordinação. O certo é que o conceito de opressão ou exploração distingue-se do de subordinação. Este último implica algumas condições à partida tais como a existência de níveis de hierarquização onde determinados grupos exercem o poder e outros a eles estão submetidos. O enfoque marxista não analisa esta premissa de submissão das mulheres pelos homens o que é

precisamente retomado e analisado pelas feministas socialistas. Apesar das mulheres sofrerem uma situação de subordinação no sentido de unidade colectiva, não são todas a vivenciar a mesma situação de opressão ou uma opressão do mesmo tipo. Para além disso, apesar da opressão feminina ser uma parte da sociedade de classes não é necessariamente uma característica permanente e determinante das relações humanas.

Questões, abordagens e perspectivas do feminismo socialista

O feminismo socialista demarca-se e ultrapassa o debate do marxismo clássico sublinhando as relações entre o sistema económico e a subordinação das mulheres, constatando a sua opressão enquanto classe trabalhadora, mas também enquanto mulheres, compreendendo de uma forma dialéctica as relações de sexo e de classe. Á estrutura de classes capitalista corresponde, como que simetricamente, a estrutura sexual hierarquizada. Na primeira temos capitalismo que se opõe e domina a classe trabalhadora, na segunda temos o patriarcado que se opõe e domina mulheres e crianças. Desta forma, capitalismo e patriarcado, são ambos sistemas de exploração e entre ambos se estabelece uma relação de serviço mútuo, onde o sistema de valores instituído pelo patriarcado reforça, fundamenta e serve o controlo capitalista.

É o feminismo socialista que introduz um novo elemento e faz emergir o Modo de Produção Doméstico para o centro da actividade produtiva, atribuindo-lhe o devido reconhecimento do seu contributo para a economia. Num sistema de valores patriarcal e num sistema económico, onde domina o capital, o trabalho doméstico não é reconhecido nem é remunerado beneficiando, desta forma, a perpetuação de ambos os sistemas económico e cultural. Perspectiva-se, desta forma, a situação da mulher como uma situação de classe, tendo a sua opressão origem na existência de papéis diferenciados hierarquicamente em função do sexo (Maquieira e outras, 2001: 118).

A implementação da ideologia socialista, antes da Primeira Guerra Mundial, assume forte expressão com o movimento socialista alemão tendo sido o maior e que obteve mais sucesso no mundo.

Bebel, do Partido Social Democrata Alemão, e Engelsⁱⁱ (Bryson, 1992: 121-129) partilhavam a posição básica de que a opressão das mulheres era um produto da sociedade e que só terminaria quando a revolução do proletariado trouxesse uma sociedade socialista na qual cada mulher teria larga independência económica após a colectivização do trabalho doméstico e do cuidado das crianças. Porém, Bebel distingue-se de Engels, quando verifica que a classe trabalhadora feminina remunerada além de explorada enquanto trabalhadora era também oprimida como mulher. Refere ainda que, de acordo com as premissas do sistema capitalista e os padrões culturais que lhe estão associados, a remuneração da força de trabalho feminina é conseqüentemente inferior à dos homens. O mesmo

autor defende a igualdade de direitos, considera que a desigualdade de gênero é prévia à desigualdade de classes e pensa que alcançar a igualdade formal é um objectivo necessário, não sendo porém suficiente, se, depois de alcançado, não se incorporar de uma forma automática na prática.

No mesmo período histórico Clara Zetkin foi, entre os dois autores anteriores, a principal líder feminina do socialismo Europeu. Concentrou as suas preocupações nos problemas das mulheres e como editora do jornal “Equality” direccionou os problemas teóricos e práticos para o recrutamento de mulheres para a causa socialista.

Para Zetkin, tal como para outras socialistas, o livro de Bebelⁱⁱⁱ foi um ponto de inspiração; aceitou as suas teses centrais, que encadeavam os vários factores de desigualdade que originavam opressão, enquadramento explicativo a partir do qual se estabelecem as inter-ligações necessárias entre as aspirações das mulheres e a realização do socialismo. Foi extremamente hostil ao feminismo dito burguês que considerava imbuído dum perspectiva individualista e envolvido numa superficial “batalha” contra os homens que não permitiu o desaparecimento dum dominação sistemática dos homens sobre as mulheres. Revelou a sua oposição através de exigências para melhorar a educação, as perspectivas de emprego e o estatuto legal das mulheres, embora o feminismo burguês se tenha revelado, por vezes, mais apto a identificar exemplos de opressão. Enquanto militante do partido socialista, recusou-se a cooperar nas campanhas pelo voto, dado que, no seu entender, as mulheres do proletariado precisavam da implementação de políticas e direitos legais que promovessem a igualdade, o que constituía uma parte integrante da luta contra o capitalismo.

Tal como Bebel e Engels, Zetkin referiu também que a inexistência de propriedade na classe trabalhadora e a participação das mulheres do proletariado no trabalho assalariado da indústria, significaria a cessação de bases ou motivação para a continuidade da desigualdade de gênero. As ideias de Zetkin (Bryson, 1992: 128) foram mudadas ao longo do tempo, sobretudo através de estratégias de pressão exercida dentro do próprio partido socialista, de que era militante. As suas análises da família como uma instituição opressora e a sua persistência na importância da participação feminina na actividade política, foram substituídas como contrapartida por outras versões de que, segundo o socialismo, a família permaneceria como uma unidade moral. A sua determinação radical isolou-a, não só do partido, mas de uma nova geração de mulheres igualmente militantes do partido socialista, que estavam preocupadas com a assistência e bem-estar das crianças, mais do que em desafiar a estrutura de poder ou alcançar uma grande mudança social.

O feminismo inicial na Rússia foi de alguma forma semelhante ao do Este da Europa. Em meados do século XIX, as mulheres da classe média exigiram direito à educação, à carreira, igualdade plena e

direito de voto numa sociedade onde o liberalismo era fraco e só organizações estavam preparadas para defender seriamente as questões das mulheres. Contudo, este envolvimento feminino tornou-se de tal forma forte e radical que se disseminou sob a forma muito próxima de terrorismo tendo obrigado as autoridades da época a construir uma nova prisão para mulheres.

Nadezhda Krupskaya^{iv} foi a primeira a apelar a atenção do marxismo ortodoxo para a situação das mulheres na Rússia. Seguindo as linhas anteriores, afirmou que a participação feminina na força trabalhadora era progressiva e essa libertação podia resultar da participação na luta de classes.

O próprio Lenine não mostrou indiferença ou hostilidade às exigências que as mulheres reclamaram relativamente à situação dos homens. Ele entrou para além das usuais questões sobre os direitos legais, igualdade futura e insistência na necessidade de libertar as mulheres do trabalho penoso doméstico. Contudo, a situação da opressão feminina não era, à semelhança dos restantes percursores do marxismo, uma prioridade política para Lenine, mais uma vez, os objectivos de emancipação feminina ficam aquém das expectativas inicialmente definidas.

William Thompson, apesar de preconizar uma orientação claramente liberal, no início do séc. XIX, reforça alguns dos pressupostos socialistas tendo defendido que a capacidade intelectual das mulheres seria, pelo menos, tão boa quanto a dos homens e as diferenças biológicas nunca poderiam ser argumento contra direitos políticos iguais. Para Thompson, independência económica, envolvia a insistência no sentido de que as mulheres teriam o direito de seguir uma carreira e participar, num plano de igualdade, no sistema de processo produtivo. Isto só poderia ser alcançado numa sociedade cooperante na qual o contributo das mulheres fosse apreciado e não existissem motivos para os homens praticarem injustiças ou para as mulheres se submeterem a elas. Distorcendo as influências de possessão e do direito de propriedade é que homens e mulheres se poderiam relacionar como ser humanos livres e iguais.

A família funcionava como espaço privilegiado da dominação masculina, no qual as mulheres eram isoladas com as suas crianças "reduzidas a um estado de estupidez e apatia" (Bryson, 1992: 34) pelos homens.

Numa larga escala o fim das relações de dependência e de possessão na vida pessoal tornariam possível uma nova e forte ordem da sociedade.

Nos Estados Unidos da América o feminismo não aparece ligado numa forma tão evidente ao socialismo como no Continente Europeu, no entanto podemos considerar Robert Owen (Bryson, 1992:29), no princípio do séc. XIX, como precursor de algumas ideias socialistas no continente americano aborda pela primeira vez a problemática da partilha de tarefas como fonte de desigualdade para além da propriedade privada, do matrimónio e da divisão sexual do trabalho. De acordo com

Owen, a propriedade privada, a religião e o casamento eram componentes indissociáveis do mesmo triângulo e não podiam ser erradicados. Para evitar que as mulheres fossem tratadas como propriedade dos homens era necessário abolir não só o casamento mas também a propriedade privada. Logo, era necessário remover o individualismo e a estrutura de organização familiar, tal como era então concebida, para que a abolição da propriedade privada fosse possível. Finalmente, para a concretização deste objectivo, seria necessário abalar o motor que sustenta, que fundamenta e que gere a sua existência, em suma a religião.

O “Owenismo”, apesar de ter construído uma base de fortes alicerces para os argumentos de emancipação por parte da classe-trabalhadora, e esteja fortemente associado aos movimentos da união trabalhadora, nunca se tornou um movimento de massas. À semelhança de Engels, Owen traz para o debate a questão do privado que deverá tornar-se público como forma de dissolução das desigualdades que por sua vez estão inscritas na diferenciação funcional dos diferentes sexos, ao homem é atribuído um papel produtivo que radica na esfera pública, à mulher competem funções da esfera privada tais como a reprodução.

A conjuntura internacional, que emerge entre os anos 60 e 70 na sequência de distintas guerras imperialistas, associa a respectiva oposição de movimentos políticos cuja orientação ideológica é identificada com a esquerda, bem como a necessidade de explicar a vigência do racismo, e ainda a implementação de sistemas económico-políticos como o da União Soviética, China e Cuba. Todos eles englobam um conjunto de factores que contribuem para um ressurgimento ou renascimento das teorias explicativas das mudanças sociais e das relações sociais de dominação^v.

No âmbito deste enquadramento, as organizações de esquerda desempenharam um papel fundamental, porém, não tardou que as mulheres que integravam estas organizações, reequacionassem as perspectivas do marxismo clássico que apesar de renascido continuava imbuído de premissas perigosamente sexistas. Tal como o feminismo liberal e radical, o feminismo socialista tem afluentes na experiência e na prática política das mulheres.

E é na senda deste activismo político que um movimento de mulheres oriundas destes grupos de esquerda (Maquieira e outras, 2001:115) denunciam a persistência de questões relativamente à teoria marxista questionando se esta constitui uma ferramenta teórica suficientemente abrangente para explicar a opressão das mulheres, se a exploração de que são vítimas as mulheres da classe trabalhadora é semelhante à que se verifica noutros estratos sociais, e, por fim, quais os instrumentos metodológicos válidos que poderiam explicar a subordinação das mulheres.

O poder do feminismo inicia o seu ressurgimento no contacto das diferentes correntes teóricas com a problemática da vida quotidiana e constitui-se num modelo de análise que tinha a capacidade de apreender, desconstruir e alterar esse quotidiano.

Nesta década de 60-70 a denominação de feminismo marxista e feminismo socialista, embora de raízes semelhantes diferenciam-se, de acordo com a análise de alguns/algumas autores/as como é o caso de Alison Jagar que considerava o feminismo socialista mais consistente e resultante da aplicação duma epistemologia marxista, conseqüentemente mais abrangente e completo que procura ultrapassar o reducionismo económico marxista, e apesar de utilizar a metodologia do materialismo histórico para analisar a opressão das mulheres adopta e combina aspectos característicos do feminismo radical.

Juliet Mitchell (Bryson, 1992:248-249), feminista britânica^{vi}, pode-se situar na senda do feminismo socialista, uma vez que às questões feministas que levanta, responde com fórmulas marxistas, complementando a questão central da subordinação das mulheres. Considera que os marxistas não foram suficientemente ambiciosos, ao situarem a opressão da mulher no circuito das relações de produção, acrescentando que a esta situação de subordinação há que contemplar o facto de se posicionarem noutras estruturas que envolvem e são adjacentes à estrutura económica e que não só a determinam como também se determinam mutuamente. A instituição familiar está assente em estruturas de reprodução, de sexualidade e da socialização das crianças, que funcionam em interdependência e que da mesma forma se relacionam com a estrutura produtiva.^{vii} O papel identificado com o sexo masculino tem um estatuto de dominação assumindo o controle do conhecimento limitando, desta forma, a autonomia e a participação feminina. À semelhança de outras socialistas, Mitchel (Beasley, 1999:62) manteve alguns elementos do Marxismo no que diz respeito à importância das distinções de classe e de trabalho incorporando a perspectiva feminista radical de que a opressão sexual não é historicamente uma consequência da divisão de classes.

Existem várias versões de feminismo socialista que envolvem diferentes combinações do feminismo radical e Marxista e que por vezes incorporam a influência de feminismos psicanalíticos. Uma das vertentes desta orientação envolve a preocupação com a construção social de género, que foi largamente vista em termos da psicanálise freudiana. Esta aproximação tende a não considerar a opressão sexual através da diferente posição sócio-económica das mulheres mas concebe a opressão como o efeito das funções psicológicas, ao mesmo tempo continua a usar a compreensão Marxista das relações de classe. Representa também um modelo de duplo sistema de análises sociais, investiga a relação entre sexo e classes de poder de acordo com diferentes procedimentos e identifica dois sistemas de organização social que correspondem a essas formas de poder, que são o patriarcado e o capitalismo.

Em termos gerais um modelo psicológico de poder sexual é apresentado ao lado de uma base económica da corrente de classes de poder. De certa forma, trata-se mais de uma abordagem da sobreposição dos estratos sociais que se distancia da teoria do duplo sistema como explicação para as relações sociais. Esta sobreposição caracteriza o trabalho desenvolvido por Juliet Mitchell.

Uma outra vertente deste feminismo socialista tenta aproximar o trabalho das Feministas Radicais e Marxistas a uma teoria de poder onde se descreve um sistema unificado algumas vezes referido como patriarcado capitalista, ao invés do que ocorre nas abordagens iniciais onde é identificado um sistema dualizado: patriarcado e capitalismo.

Apesar dos primeiros Marxistas estarem correctos em verem a relação das mulheres com a produção, estas análises ignoraram as formas cruciais pelas quais a subordinação das mulheres é mantida através da família.

Além das estruturas de produção, tradicionalmente analisadas pela teoria Marxista, o feminismo socialista alerta para a necessidade de examinar as estruturas de reprodução que servem de suporte à família, sexualidade e a socialização das crianças.

Existe um aspecto-chave na teoria de Mitchell que é ainda importante referir. A exploração da teoria psicanilítica levou-a a tentar reabilitar Freud e mostrar que, apesar do frequente uso indevido e das críticas dos/as feministas, as suas ideias podem ser usadas nas análises feministas. Ela afirma que as suas esperanças e previsões para o futuro são baseadas na análise do presente, no qual as condições económicas podem ser fundamentais, mas que ambas as lutas, política e ideológica podem ter papel chave. No entanto, evita o “cruel” (Bryson, 1992:249) reducionismo económico a que as análises Marxistas são propensas.

Estas análises também lhe permitem advogar organizações autónomas de mulheres, insistindo que como um grupo oprimido necessitam trabalhar para a sua própria libertação e defender que não haverá dissolução automática do patriarcado sem a luta feminista. Nas teses apresentadas por Marx o conceito de alienação envolve uma crítica humanitária das condições de trabalho sob o Capitalismo, defendendo que a extrema divisão de trabalho impedia uma percepção controlada desta actividade por parte do trabalhador, elemento activo e peça-chave do processo produtivo. Através desta fundamentação, as teorias marxistas, classificavam esta actividade como uma actividade alienada.

As socialistas Alison Jaggar (1996) e Foreman (cit. em Bryson, 1992:251) estenderam o argumento da alienação defendendo que para as mulheres a alienação não está confinada ao mundo do trabalho remunerado verificando-se também através da família e da vida privada, o que limita o controlo da

reprodução e da sexualidade por parte das mulheres e assegura a provisão emocional e o suporte material para os homens, desvalorizando assim as necessidades próprias das mulheres e da sua respectiva realização como ser humano.

Jaggar (1996) apresenta também as condições mínimas de adequação que deverá enquadrar e teoria feminista para uma aproximação à ética. No seu texto: “*Ética feminista: alguns temas para os anos 90*” (em Castells, 1996:29) expõe que a ética feminista deverá procurar desafiar e identificar todas as formas de ética ocidental na medida em que esta excluiu as mulheres ou racionalizou^{viii} a sua subordinação. O objectivo da implementação duma ética feminina deverá ser então proporcionar uma compreensão teórica de um sistema de valores morais que não subordine, de forma explícita ou implícita os interesses de uma mulher, ou grupo de mulheres a outro grupo ou indivíduo.

A autora classifica como errada a postura, preconizada por parte de alguns ideais feministas, onde os interesses das mulheres são colocados em primeiro lugar substituindo uma moral discriminatória assente em valores masculinos por uma moral discriminatória assente em valores femininos. No contexto social actual, as mulheres continuam numa situação de subordinação pelo que a ética deverá proporcionar um enquadramento para uma acção que permita subverter esse estado de subordinação através do reconhecimento de formas, por vezes desconhecidas e pouco divulgadas, em que as mulheres e outros membros de subclasses se negaram a cooperar e se opuseram a uma situação de opressão/dominação tendo desenvolvido condições que proporcionaram, ou poderiam proporcionar, a sua própria emancipação. Esta ética, defendida por Jaggar (1996) deverá também contemplar questões morais de âmbito privado e público, subjacentes a problemáticas como a partilha das tarefas domésticas, os afectos e a sexualidade, assim como o trabalho e as diversas formas de participação na vida pública.

A referência indicada pela autora como ponto de partida será a experiência moral de todas as mulheres, embora não de uma forma acrítica.

Na abordagem dos conceitos de Igualdade e Diferença sublinha a importância da identificação do género como um sistema de normas sociais que regula a actividade dos indivíduos de acordo com o seu sexo biológico referindo que as normas baseadas na diferenciação do género de uma forma prática ou simbólica reforçam a dominação dos homens em relação às mulheres. Na complexidade que constitui o debate entre o que é Igualdade e Diferença, a noção de género traduz uma distinção relevante entre indivíduos, no entanto na prática da sociedade ocidental contemporânea tem sido possível constatar que igualizar não produz necessariamente igualdade como é o caso de normas legais estabelecidas como forma de alcançar a igualdade, porém, na sua prática, resultam em situações de clivagens maiores de desigualdade. De que é exemplo a protecção legal especial que é

proporcionada às mulheres em caso de maternidade e que originou, em alguns casos da sua aplicação, uma maior dificuldade das mulheres em acederem ao mercado de trabalho.

A autora considera que homens e mulheres raramente enfrentam a mesma situação a partir do mesmo plano uma vez que a cada género é socialmente atribuída uma situação diferenciada o que levanta uma questão que teve grande actualidade na década de 90 que é a questão da Neutralidade. Confere a este conceito a proeminência que lhe foi dada tradicionalmente porque vinculado ao conceito de igualdade, no entanto, à semelhança de outras filósofas feministas, desafia-o, argumentando que não contempla as identidades particulares, constituídas de acordo com os projectos individuais e determinadas por relações não controláveis. Por isso, propõe a sua reformulação, atendendo à situação específica de determinados indivíduos ou grupos.

Na sequência dos conceitos de neutralidade e de igualdade, aborda também a noção de autonomia e a subjectividade moral. À semelhança da neutralidade a autonomia necessita de uma reformulação que ultrapasse o sentido da tradição kantiana de desinteresse e desprendimento por vínculos particulares. Considera pois que o feminismo contemporâneo deverá insistir na autonomia moral, intelectual e racional à semelhança dos homens, mas também política, social e económica mediante a representação política, a abolição da discriminação sexual e o respeito pelas decisões das mulheres em temas como o aborto. No que respeita à subjectividade moral procura relativizar o modelo cartesiano em que o eu moral é um ser descarnado, separado, autónomo, unificado e racional, apelando a que de facto a individualidade resulta, grandemente de um eu construído socialmente em que as individualidades representam variáveis abstractas de diferentes tipos sociais. Aborda ainda as questões adjacentes à epistemologia moral e a antiepistemologia que representam basicamente duas orientações feministas. A primeira, não contesta drasticamente a base do sistema de valores existente e assenta em fundamentos de neutralidade. A segunda orientação, porém, pretende abalar por completo com este conjunto de regras assente numa neutralidade construída de um ponto de vista masculino: pretende, efectivamente, derrubar as regras racionalmente estabelecidas, substituindo-as pela intuição, pela virtude e pelo carácter moral, na determinação de como intervir numa situação específica. Identifica uma *ética do cuidado* como claramente associado a uma preocupação feminina que se movimenta no âmbito do espaço privado e uma *ética da justiça* associado ao masculino, correspondendo, na sociedade contemporânea à subordinação do privado pelo público.

Jaggar (Castells,1996:181) procura distanciar a definição de uma ética feminista de uma ortodoxia rígida, mas que acolhe um fermento de ideias, por vezes controversas, e que coexistem num debate em aberto.

A discussão entre o que deverá ser público e o que deverá ser do domínio privado sempre presente nos/as pensadores/as marxistas e socialistas, é retomada, em paralelo pelo feminismo radical.

Na década de 80, Íris Young é considerada uma autora de charneira, entre feministas socialistas e feministas radicais (Evans, 1995:109-123), ao abordar ao longo da sua obra, alguns argumentos centrais do feminismo socialista adoptando-os e ultrapassando-os numa forma pioneira. Numa abordagem socialista, aquilo que deverá ser público e privado tem raízes na divisão sexual do trabalho e corresponde a um modelo de androginia^{ix}. Young, porém, infere-a para uma perspectiva de ginocentrismo que atende, por outro lado, às diferenças de género (Young, 1996).

Defende que a análise dualista do patriarcado e do capitalismo, atribuindo a opressão de género ao primeiro e a opressão económica ao segundo, permitiu à análise económica e social marxista permanecer como estava, pelo que a introdução do conceito de género constituiu uma adição menor sem grandes repercussões para as linhas mestras da orientação teórica.

Salienta a necessidade de requisitos para um ataque mais vigoroso ao capitalismo através duma integração teórica que não submeta o género e não ignore as preocupações feministas.

Embora faça referência à necessidade de se tornarem públicos alguns aspectos do privado, não deixa de salientar a necessidade de respeitar um espaço individual privado estabelecendo desta forma a relação entre igualdade e individualismo. Sublinha a diferenciação entre os grupos, não pelas características dos seus membros mas pela sua identidade colectiva com uma determinada situação de opressão. Adopta, desta forma, uma política dos grupos e da identidade que se opõe a uma política de luta de classes fundamentada nas diferenças entre grupos sociais. Esta política dos grupos atende à liberdade individual e procura estabelecer mecanismos de participação política. É, sobretudo, no atender às diferenças que constitui o enfoque do seu pensamento e que a leva a ultrapassar a abordagem das classes dando relevância à heterogeneidade entre grupos de mulheres e grupos em geral.

Algumas reflexões conclusivas

Embora o feminismo socialista, com raízes em teorias explicativas da mudança social e das relações sociais, tenha ultrapassado o debate marxista clássico, deixa em aberto algumas limitações que progressivamente foram complementadas e expandidas por outras correntes do feminismo que já foram aqui apontadas como é o caso do feminismo radical.

A variável dominante do método de análise socialista é a económica, que desemboca num modelo economicista e redutor, limitando-se a uma análise das relações de produção no âmbito do sistema social. Fica visivelmente excluída a produção e reprodução psicológica da Mulher que veicula a utilização de diversas formas de violência que povoam claramente o quotidiano feminino com base em raízes culturais do passado mas que actualmente assumem outras manifestações e subterfúgios que disfarçam novas formas de opressão.

A violência doméstica, a prostituição, o assédio sexual ou a violação, são exemplos duma expressão máxima que se traduzem em formas de subordinação de que o sexo feminino é preferencialmente a vítima e que corre o risco de não estar contemplada num modelo que analisa redutoramente relações de produção.

A teorização do marxismo clássico, cujo paradigma é desenvolvido pelo feminismo socialista relativamente à mudança social, obedece a um padrão universal do desenvolvimento de organização familiar da primeira sociedade humana, que é hoje largamente questionável. Embora na sociedade contemporânea o modelo dominante seja heterossexual ele não é nem foi o único, proliferando outras formas familiares como a homossexualidade e a monoparentalidade.

A proposta da sociedade socialista relativamente ao modo de produção doméstico e ao cuidado das crianças é de que ambos sejam colectivizados, sendo desta forma transferido para a esfera pública aquilo que gerava uma relação opressiva na esfera do privado. Não foi, no entanto, claramente discutido a quem deveria ser atribuída a competência da realização destas tarefas, e uma vez que a divisão sexual do trabalho, nesta sociedade dita socialista, ocorre na sequência duma divisão natural entre os sexos, o risco do trabalho penoso ficar para o grupo com menor capacidade de reivindicar é indiscutível.

Ainda no que se refere ao trabalho doméstico foi o feminismo socialista que pôs em relevo o seu respectivo valor no âmbito do processo produtivo. E para muitas feministas marxistas a reprodução é uma componente da base material da sociedade que necessita ser incorporada numa correcta compreensão da mesma.

Fica assim em aberto a possibilidade de uma interacção entre a produção e a reprodução, que por sua vez se traduz na interacção da luta de classes e de sexo. Porém, a exploração da mulher pelo homem, pelo facto do segundo não partilhar estas tarefas, não é posta em evidência, e as dificuldades que as mulheres sentem em tentar combinar o trabalho remunerado com as responsabilidades domésticas nunca foram analisadas à luz da dupla opressão que daí advém uma vez que a grelha de análise socialista não o permite^x.

Alguns críticos defendiam que a concepção da teoria Marxista não é neutra de gênero, pois não são aplicáveis às mulheres e são baseadas numa visão masculina do mundo que exclui as necessidades e as experiências das mulheres, a vida produtiva masculina funcionava como a força condutora da história humana.

Nas considerações que tecemos é visível a relevância do feminismo socialista numa fase inicial do seu aparecimento uma vez que apontou questões importantes como as relações no sistema económico e a subordinação das mulheres, que o marxismo clássico não debateu ou diluiu na problemática da luta de classes, ficando claro que a luta pela igualdade de sexos está integralmente relacionada com a luta da classe económica.

Embora algumas das questões apontadas pelo feminismo marxista, hoje, já não tenham a actualidade e a pertinência que tiveram nos primórdios da sua emergência, a problemática associada ao trabalho doméstico, as questões da reprodução e o sistema económico são pontos visíveis que continuam no debate dos movimentos feministas actuais, sobretudo no que se refere à problemática e ao valor atribuído ao trabalho remunerado e não remunerado.

O legado desta corrente continua, porém, a dar sentido à existência de um ou vários movimentos feministas uma vez que fica clara, através desta forma de análise, a situação de desigualdade em que continuam a persistir diferentes grupos de mulheres.

Bibliografia

Barbosa, Regina, “Mulheres, Reprodução e Aids: as tramas da ideologia na assistência à saúde de gestantes de HIV+”, cap. II – Referencial teórico e metodológico, Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Brasil, 2001;

Beasley, Chris, “What is Feminism?, an introduction to feminist theory”, SAGE Publications Ltd., London, 1999;

Bryson, Valerie, “Feminist Political Theory, an Introduction”, The MacMillan Press LTD, London, 1992;

Castells, Carme (Comp.) e outras, “Perspectivas Feministas em Teoria Política”, Paidós Estados y Sociedade, Ediciones Paidós Ibérica, S.A., Barcelona, 1996;

Evans, Judith, "Feminism Theory Today, na Introduction to Second-Wave Feminism", SAGE Publications Ltd., London, 1995;

Mackinnon, Catharine, "Hacia una teoría feminista del Estado", Feminismos, Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer, Madrid, 1995;

Maquieira, Virginia (eds.) e outras, "Feminismos, Debates Teóricos Contemporâneos, Ciências Sociais, Alianza Editorial, Madrid, 2001;

Nogueira, Conceição, "Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género - Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social", Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001;

Notas

¹ Versão melhorada do trabalho publicado no livro "Um Olhar sobre os feminismos – pensar a democracia no mundo da vida" sob a coordenação de Conceição Nogueira e outras.

ⁱⁱ No final do Sec. XIX, primeira metade do sec. XX

ⁱⁱⁱ citado no livro de Bryson, Valerie "Feminist Political Theory", London 1992.

^{iv} Mulher de Lenine

^v Inspiradas na teoria Marxista.

^{vi} 1966, "Women, the Longest Revolution".

^{vii} Através de todas elas e da sua interdependência se verifica a subordinação da mulher.

^{viii} No sentido de justificar e legitimar.

^{ix} Os dois sexos têm características tradicionalmente ligadas ao feminino e masculino, a forma de minimizar estas diferenças seria através da atribuição de direitos e competências semelhantes (Nogueira, 2001:147-148).

^x Uma das situações exemplificativas do que fica dito é o facto do sexo feminino, apesar de inserido no processo produtivo, com idênticas funções e competências às dos homens, usufruir níveis de remuneração mais baixos